

OS DESAFIOS DA AGROINDÚSTRIA DE PEQUENO PORTE

Wagner Luiz Lourenzani

wagner@ldi.dm.ufscar.br

Doutorando em Engenharia de Produção – Universidade Federal de São Carlos

Carlos Arthur Barbosa da Silva

carthur@mail.ufv.br

Prof. Titular. Dep. Tecnologia de Alimentos – Universidade Federal de Viçosa

ABSTRACT

Although there is a lack of concrete data about this sector, social economical importance of small scale agroindustries is considered important. These agroindustries are considered at a marginal position in Brazilian economy. However, they present certain features that turns them into important issues, as exporting capacity and employment generation.

The State has promoted some incentive programs for the establishment of agroindustrial enterprises as an attempt to promote the agroindustrialization. Although the survival level of these enterprises is considered low, these programs seem to be an important alternative.

Economical sustainability analysis applied to this sector has faced barriers since there isn't a wide spread information system. The data about the enterprises and its evaluation in the country are poor. So, this lack of information reduces their efficiency and consists in a barrier for growing and sustainability research.

In this contest, small scale agroindustry characterization and its rule in the agribusiness represent the first step in direction of sustainability research development.

Keywords: *Small scale agroindustry, agroindustrialization, sustainability*

OS DESAFIOS DA AGROINDÚSTRIA DE PEQUENO PORTE

RESUMO

Embora não se disponha de dados concretos sobre este setor, sabe-se que a importância sócio-econômica das agroindústrias de pequeno porte é bastante considerável. Fadas a uma posição apenas marginal na economia, essas empresas possuem determinadas características que lhes conferem grande importância, como a capacidade exportadora e de geração de empregos no campo.

O Estado tem promovido alguns programas de incentivo à implantação de empreendimentos agroindustriais de pequeno porte, como forma de promover a agroindustrialização. No entanto, o nível de sobrevivência desses pequenos empreendimentos é reconhecidamente baixo.

A análise da sustentabilidade econômica dispensada neste setor é dificultada pela inexistência de um sistema de informações abrangente e pela precariedade dos dados a respeito desses empreendimentos e de sua avaliação no país. Essa falta de informações reduz a eficiência e dificulta o desenvolvimento de pesquisas que abordam seu crescimento e sua sustentabilidade.

Nesse cenário, a caracterização da agroindústria de pequeno porte e de sua inserção no agronegócio brasileiro representa um primeiro passo para possibilitar o desenvolvimento de pesquisas acerca de sua sustentabilidade.

Palavras-chaves: agroindústria de pequeno porte, agroindustrialização, sustentabilidade.

1. INTRODUÇÃO

O “agribusiness” representa, atualmente, o maior negócio da economia brasileira. De acordo com MEGIDO (1998), representava, em 1998, cerca de 33% do Produto Interno Bruto (PIB), quase metade dos empregos e 46% do dispêndio dos consumidores, além de significar mais de 60% da balança comercial. Observam-se, nesse setor, grandes vantagens competitivas e uma das principais alternativas para que o país aumente sua integração à economia mundial. Além disso, após o programa de estabilização econômica, o Brasil tem despontado não só como grande fornecedor de matérias-primas agroalimentares, mas também como um atrativo mercado consumidor (MEGIDO, 1998).

Tanto no cenário mundial como no Brasil, a cadeia agroalimentar tem evidenciado a tendência de que o poder e a liderança, nas relações entre produção e consumo, migram cada vez mais para as atividades que ocorrem “depois da porteira” (MEGIDO, 1998), ou seja, no setor de processamento e distribuição agroindustrial (Quadro 1).

Entretanto, dificuldades conjunturais impedem um desenvolvimento maior e mais rápido do *agribusiness* nacional. Enquanto 97,2% das agroindústrias de pequeno e médio portes geram 43,9% do valor adicionado, os outros 2,8% (empresas de grande porte) são responsáveis pelos 66,1% remanescentes (SILVEIRA, 1997).

Quadro 1 - Projeções mundiais sobre volumes e participações de negócios em US\$ bilhões, dentro da cadeia agroalimentar

Setores / Ano	1980	2000	2028
Insumos e bens de produção	375 (12%)	500 (09%)	700 (07%)
Produção agropecuária	750 (24%)	1.115 (20%)	1.465 (14%)
Processamento e distribuição	2.000 (64%)	4.000 (71%)	8.000 (79%)
Total (100%)	3.125	5.615	10.165

Fonte: MEGIDO (1998).

No Brasil, desde o trabalho pioneiro de ARAÚJO et al. (1990), tem havido crescente atenção para o desenvolvimento do agronegócio, expressa não apenas na forma de estudos e pesquisas, mas também por meio de ações governamentais e de estratégias empresariais. Apesar desse interesse, o estudo de questões relativas ao agronegócio, no Brasil, é ainda dificultado pela inexistência de um sistema de informações abrangente e pela precariedade de seus dados, principalmente a respeito da agroindústria e sua avaliação no país.

Este trabalho objetivou caracterizar a agroindústria de pequeno porte, buscando visualizar seu papel e seu espaço no contexto do agronegócio brasileiro. Abordou, assim, sua importância sócio-econômica, suas vantagens e desvantagens, bem como procurou identificar seus principais problemas e necessidades.

2. METODOLOGIA

A elaboração deste trabalho envolveu pesquisa bibliográfica sobre a importância e o interesse do agronegócio, as características da agroindústria brasileira e os problemas e a importância dos empreendimentos agroindustriais de pequeno porte.

Foram consultados trabalhos publicados por entidades acadêmicas (teses, artigos de congressos), governamentais (censos, publicações periódicas) e não-governamentais (sindicatos e grupos de estudos), revistas científicas e meios de comunicação (internet, jornais e revistas), os quais contemplaram a problemática da criação, implementação e gestão de novos empreendimentos de pequeno porte, gerais ou específicos, para o setor agroindustrial do Brasil.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Caracterização da agroindústria brasileira

O setor agroindustrial tem significativa importância no crescimento econômico de um país em desenvolvimento. Geralmente, constitui o principal setor manufatureiro desse país, além de fornecer os principais produtos para exportação (AUSTIN, 1992).

Com a desregulamentação da economia, o setor vem sofrendo importante ajuste na busca de maiores eficiência e competitividade. De acordo com MARQUES e SOUSA (1998), as principais tendências desse segmento são: a) entrada de grandes empresas, que, com objetivos de obtenção de escalas industriais, promovem aquisições, fusões e alianças estratégicas; b) claro processo de concentração, em consequência do item

anterior; c) adoção de estratégias segundo duas vertentes: liderança em custos ou diferenciação de produtos; d) busca de menor ociosidade na indústria; e e) grande preocupação com aspectos de logística.

Diversas definições e conceitos para o termo agroindústria são descritos por diferentes instituições e entidades. Entretanto, estas se dão em duas abordagens principais: uma ampliada e outra mais restrita.

Num conceito ampliado, agroindústria engloba o Complexo Agroindustrial (CAI) como um todo, ou seja, todos os agentes que fazem parte do segmento de insumos e fatores de produção (*antes da porteira*), da produção propriamente dita (*dentro da porteira*), do processamento e da transformação até a distribuição e o consumo (*depois da porteira*) (ARAÚJO et al., 1990).

A agroindústria, no entanto, definida por um conceito mais restrito, revela basicamente as indústrias que se dedicam à transformação e ao processamento de matérias-primas agropecuárias (de origem animal e vegetal). Tais matérias-primas que são transformadas e preservadas através de alterações físico-químicas, caracterizam-se por apresentar grande variabilidade (qualitativa e quantitativa), diferentes graus de perecibilidade e sazonalidade (AUSTIN, 1992). Nessa definição de agroindústria, destacam-se as de alimentação (alimentos e bebidas).

De acordo com dados da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação - ABIA (1991), a agroindústria alimentícia brasileira é composta de um grande conjunto de micro, pequenas e médias unidades industriais que atuam, geralmente, em mercados regionais e de um pequeno número de grandes empresas que operam em níveis nacional e internacional.

Existe, entretanto, grande diferença entre o número de estabelecimentos e o valor adicionado por estes. Enquanto 97,2%¹ das agroindústrias que são de pequeno e médio portes (classificadas por empregarem até 99 empregados) geram 43,9% do valor adicionado, os outros 2,8% (que empregam acima de 100 trabalhadores) são responsáveis pelos 66,1% restantes (SILVEIRA, 1997).

Apesar de a agroindústria ser, geralmente, a primeira indústria a se instalar em qualquer região, ela tende a se concentrar nas regiões mais populosas, de maior poder aquisitivo e próximas a fornecedores de matérias-primas.

Em 1985, a distribuição geográfica (Quadro 2) da indústria processadora de alimentos estava pulverizada em todo o território nacional, concentrando-se principalmente na Região Sudeste, onde estavam cerca de 40% das unidades instaladas e 52% da produção total (CENSO INDUSTRIAL, 1985).

Observou-se que, embora o Nordeste ocupasse o segundo lugar em número de estabelecimentos, sua produção representava apenas 12% do total gerado. Isso poderia indicar que, apesar de ser uma região populosa, era constituída, basicamente, de grande número de pequenas empresas ou daquelas que produzem itens de baixo valor agregado.

¹ De forma a confirmar este dado, pesquisa feita no Relatório Anual de Informações Sociais de 1998 (RAIS, 1998) indica que as agroindústrias (de produtos alimentícios e de bebidas) de pequeno porte, caracterizadas por empregarem até 99 pessoas, somam 96,3%, enquanto as 3,7% restantes são agroindústrias com mais de 100 empregados.

Quadro 2 – Distribuição geográfica da indústria de alimentos, por número de estabelecimentos e por valor de produção, em 1985

Região	Nº de Estabelecimentos	Valor da Produção
Sudeste	39,88%	51,73%
Nordeste	27,68%	11,95%
Sul	19,52%	30,46%
Centro-Oeste	7,91%	4,47%
Norte	5,01%	1,39%

Fonte: CENSO INDUSTRIAL (1985).

Pesquisa realizada no Relatório Anal de Informações Sociais de 1998 (RAIS 1998) revelou certa mudança no panorama dessa distribuição (Quadro 3). Em 1998, a Região Sudeste já apresentava concentração ainda maior de agroindústrias de produtos alimentícios e de bebidas (cerca de 45%). O Sul passou a ocupar a segunda posição no número de estabelecimentos, evidenciando a introdução de investimentos nessa região, onde o agronegócio é considerado mais organizado.

A Região Nordeste encontra-se numa situação, se não regressiva, no mínimo estável. Isso porque, mesmo apresentando porcentagem representativa menor do que em 1985, deve-se levar em consideração o grande crescimento agroindustrial no país todo. Essa mesma situação pode ser aplicada à Região Norte.

Quadro 3 – Distribuição geográfica percentual da agroindústria (de produtos alimentícios e de bebidas), por número de estabelecimentos e por porte (nº de empregados), em 1998

Região		Nº de Empregados	
		0 - 99	> 100
Sudeste	45,25%	45,14%	48,01%
Nordeste	19,45%	19,64%	14,80%
Sul	23,95%	23,92%	24,70%
Centro-Oeste	7,98%	7,94%	8,90%
Norte	3,37%	3,36%	3,59%

Fonte: RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS (1998).

Algumas considerações, entretanto, devem ser feitas com relação à Região Centro-Oeste. Embora tenha se mantido proporcionalmente estável, observa-se, nestes últimos anos, forte tendência de migração de grandes empresas agroindustriais para essa região. Empresas processadoras de carne de frango, carne suína, tomate, e outras têm-se transferido, sobretudo, em busca de vantagens competitivas, como incentivos fiscais, proximidade com o fornecimento de matérias-primas e insumos e mão-de-obra mais barata e menos sindicalizada.

Nessas grandes empresas, tem-se a oferta de produtos mais sofisticados que utilizam tecnologias mais complexas, processos de produção automatizados,

comercialização informatizada e menor intensidade no uso da mão-de-obra. Por atuarem nos segmentos de maior renda, estão num mercado mais competitivo e são mais suscetíveis ao risco da competição por importações (VIEIRA, 1998).

Esse cenário é bastante diferente no que diz respeito às empresas de pequeno porte, que, apesar de estarem no mesmo ramo, enfrentam ambientes diferentes.

3.2. Agroindústria de pequeno porte: o problema e sua importância

A implantação de empreendimentos agroindustriais de pequeno e médio portes, como forma de promover a industrialização rural e a verticalização do setor primário, é geralmente considerada uma das mais eficientes alternativas de política de desenvolvimento rural do país. Os formuladores de políticas públicas, percebendo a importância e as dificuldades dos pequenos e médios empreendimentos no setor agrícola, têm feito grande esforço para criar condições mínimas para que o pequeno agricultor tenha alguma perspectiva de permanência e sustentabilidade na atividade agroindustrial. Com os objetivos de criar ocupações no campo, reduzir o fluxo migratório, distribuir melhor a renda e melhorar o bem-estar, programas de incentivo estão sendo executados em alguns estados brasileiros, bem como no âmbito do governo federal (LOURENZANI & SILVA, 2000).

Algumas experiências em curso no país dão uma mostra desse fato. As mais inovadoras são aquelas em que a criação de pequenas agroindústrias é promovida em redes, utilizando nível maior de organização dos produtores familiares. São destacados o PRONAF – Agroindústria (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), de âmbito nacional; e o PROVE² (Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola), no Distrito Federal.

A idéia central desses programas é permitir resolver os problemas de escala para aquisição de insumos e comercialização dos seus produtos, permitindo a apropriação do valor agregado pelo processo industrial (FLORES, 1998). No caso específico do PRONAF – Agroindústria, o programa estimula a formação de conglomerados de pequenas e médias agroindústrias interligadas a uma Unidade Central de Apoio Gerencial (UCAG), que garante melhor qualidade do parque produtivo e da comercialização.

Apesar dessas medidas governamentais para elevar o nível de sobrevivência das micro, pequenas e médias empresas, a taxa de “mortalidade” destas, ainda hoje, é sabidamente alta. VIEIRA (1998) afirmou que a taxa de sobrevivência da agroindústria de pequena escala está em torno de 4%. Em pesquisa realizada pelo SEBRAE/MG (1998) sobre a sobrevivência das empresas em geral (indústria, comércio e serviço) de pequeno porte em Minas Gerais, estimou-se que a taxa de mortalidade³ das empresas que desaparecem (fecham) com até um ano de atividade é de cerca de 36%. Quando se eleva o período de análise para dois anos, essa taxa aumenta para 47%, ou seja,

² Embora este programa tenha sido desativado no início do ano 2000, após a posse do novo governo do Distrito Federal, seu modelo tem inspirado iniciativas semelhantes em outros estados brasileiros.

³ Salienta-se que esta taxa de mortalidade aplica-se apenas às empresas formalmente constituídas, ou seja, que possuem seu ato de constituição devidamente registrado no órgão competente. A inclusão das empresas informais provavelmente aumentaria a taxa, pois sua atividade produtiva parece possuir um desempenho mais instável (SEBRAE/MG, 1998).

aproximadamente metade das micro e pequenas empresas não sobrevivem ao período de dois anos.

Estudo semelhante elaborado pelo SEBRAE-SP/FIPE (1999) detectou índices específicos para o setor industrial no Estado de São Paulo. A taxa de mortalidade acumulada das MPEs paulistas é da ordem de 32% no primeiro ano, 44% no segundo e 50% antes de completar o terceiro ano.

Um primeiro problema que surge em estudos de micro e pequenas empresas está na definição dessas unidades produtivas. A ausência de um padrão único para defini-las é evidenciado tanto no Brasil quanto internacionalmente (VILLELA, 1994).

No Brasil, o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas) define o porte da empresa segundo dois requisitos: o número de empregados e o setor em que atua (Quadro 4).

Quadro 4 – Enquadramento de empresas por pessoal empregado

Porte	Indústria	Comércio	Serviço
Micro	Até 19	Até 9	Até 9
Pequena	20 a 99	10 a 49	10 a 49
Média	100 a 499	50 a 249	50 a 249
Grande	Acima de 500	Acima de 250	Acima de 250

Fonte: SEBRAE-SP/FIPE (1998).

Em agosto de 1999, foi sancionado na Câmara dos Deputados o novo Estatuto da Micro e Pequena Empresa⁴. Um dos principais pontos do projeto é o aumento da faixa de faturamento bruto anual para classificação de microempresa dos atuais R\$120 mil para R\$244 mil, e fixando-se em R\$1 milhão e 200 mil o valor para definir pequena empresa.

Por parte do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (VILLELA, 1994), a definição de um tamanho característico para micro e pequenas empresas (MPEs), seja por faturamento, seja por número de empregados ou ambos, leva em consideração alguns critérios básicos: a) a estrutura de tamanho das unidades produtivas; b) o montante de recursos envolvido no programa; e c) o próprio público-alvo do programa (se apenas empresas no setor manufatureiro, por exemplo).

O recente ressurgimento do interesse das MPEs contrasta fortemente com a impressão largamente difundida, até há pouco tempo, de que elas estariam fadadas a uma posição apenas marginal nas economias (VILLELA, 1994). Modernamente, porém, percebe-se que as empresas de pequeno porte possuem determinadas características que lhes conferem grande importância: flexibilidade, complementaridade com as grandes empresas e capacidade exportadora e de geração de empregos.

Dadas as exigências das modernas formas de organização da produção, torna-se cada vez mais claro que as MPEs apresentam certas vantagens competitivas

⁴ A íntegra do projeto pode ser conferida no site do SEBRAE (www.sebrae.com.br). O estatuto garante tratamento diferenciado ao setor em relação às questões trabalhistas, previdenciárias e tributárias. Este documento prevê, ainda, desburocratização dos processos de registros e desenquadramento das MPEs, criação de linhas de créditos especiais e facilidades para exportação e importação, além de incentivos fiscais e financeiros.

naturais com relação às grandes empresas. Elas se mostram mais habilitadas a responder com rapidez a mudanças no ritmo de pedidos das grandes empresas que são fornecedoras ou no próprio padrão de demanda, no caso de estarem no final da cadeia produtiva.

No Brasil, a importância sócio-econômica da agroindústria de pequeno porte é bastante considerável. Embora não se disponha de dados concretos sobre esse setor, informações podem ser cruzadas para uma breve avaliação. De acordo com o último Censo industrial, de 1985, a indústria de alimentos é o maior segmento da indústria de transformação, tanto em termos de número de estabelecimentos quanto de pessoal ocupado (SILVEIRA, 1997). Em estudo elaborado pelo SEBRAE/MG (1998), estimou-se que as empresas de pequeno porte representam cerca de 95% dos estabelecimentos do país. Além disso, as micro e pequenas agroindústrias são atualmente responsáveis por mais de 70% do emprego no setor agroindustrial (VIEIRA, 1998). A partir dessas informações, tem-se uma visão geral da magnitude e importância desses empreendimentos no país, devendo ainda considerar que essas empresas são importantes empregadores de mão-de-obra não-qualificada.

A partir de um sustentável processo de crescimento econômico, atrelado aos fatores sócio-econômicos decorrentes desse desenvolvimento, o aumento da renda da camada da população de baixo poder aquisitivo tende a se consolidar. O aumento da renda dessas camadas deverá conferir sustentabilidade ao já observado aumento na demanda por produtos das agroindústrias local e regional de micro e pequeno portes (VIEIRA, 1998). Além disso, como as mudanças nos hábitos alimentares são lentas, esse crescimento poderá sustentar um aumento na oferta de emprego por um longo período.

Como o próprio nome já diz, as micro e pequenas agroindústrias caracterizam-se por apresentar baixa escala de produção. Geralmente, seus produtos são de baixa sofisticação tecnológica (tradicional ou artesanais) e freqüentemente ligados à cultura local (atendendo, em geral, fatias de consumidores de menor poder aquisitivo, em mercados regionais). São produtos como farinha de mandioca, fubá, conservas caseiras, canjica, bebidas artesanais, produtos lácteos caseiros etc. Podem-se incluir também os fornecedores de produtos ligados ao consumo de imigrantes, além dos produtores de gêneros orgânicos (VIEIRA, 1998). São empreendimentos que, segundo VIEIRA FILHO (1995), surgem, geralmente, através de pessoas sem conhecimento de mercado, mas com grande iniciativa e capacidade para produzir. Outros, são aqueles profissionais de grandes empresas que, ao saírem do emprego (por demissão, por descontentamento, ou por outros motivos), iniciam um empreendimento com o objetivo de se tornarem auto-suficientes. São empreendedores que vêm na transformação e processamento de alimentos um negócio relativamente fácil de executar, de tecnologia disponível, com demanda abundante e ótima oportunidade.

VIEIRA (1998) citou algumas das principais motivações que levam o empresário, tanto urbano quanto rural, a abrir seu negócio. A agroindústria urbana de pequena escala, via de regra, surge de uma oportunidade de mercado identificada, na maior parte das vezes, de maneira intuitiva, sem estudos e avaliações formais. Geralmente, essa oportunidade se relaciona, de alguma forma, com o conhecimento técnico (*know-how*) do empresário ou de alguns de seus familiares. Já a pequena agroindústria rural se constitui a partir de duas motivações principais. A primeira, seria o aproveitamento de excedentes que o produtor não consegue colocar no mercado; a segunda, surge das

condições desfavoráveis de preço para a produção agrícola, tendo como única saída a agregação de valor através da agroindustrialização.

De acordo com um estudo do SEBRAE/MG (1998), diversos são os motivos que levam os empreendedores à criação de uma pequena empresa. Entre os empreendimentos que tiveram sucesso e os que fecharam as portas, diferentes são as razões para esta abertura, como mostrado no Quadro 5. Cabe ressaltar que os termos “sucesso” ou “sustentabilidade” são aqui usados, exclusivamente, para se referir à capacidade de sobrevivência das empresas a partir de sua implementação.

Quadro 5 – Motivos que levam os empreendedores à criação de uma empresa

<i>Motivos (permite mais de uma resposta)</i>	<i>Empresas</i>	
	<i>De Sucesso</i>	<i>Extintas</i>
Identificaram uma oportunidade de	58,8%	70,9%
Tinham experiência anterior	23,2%	12,8%
Estavam insatisfeitos no emprego	13,9%	4,7%
Tinham capital disponível	13,4%	5,8%
Tinham tempo disponível	9,8%	3,5%
Estavam desempregados	3,6%	8,1%
Outros	8,3%	9,3%

Fonte: adaptado do SEBRAE/MG (1998).

Desta análise, destacam-se algumas observações interessantes. O motivo “identificação de uma oportunidade” é citado por 71% das empresas extintas contra 59% das de sucesso. Esses dados indicam, segundo o SEBRAE/MG (1998), que faltaria ao empresário, muitas vezes, melhor capacidade de avaliação e análise das oportunidades, dos riscos envolvidos e de formatação do seu negócio. Uma boa concepção dos negócios é uma variável importante no sucesso do empreendimento. Nesse aspecto, a escolaridade do empresário exerce grande influência. A presença de experiência anterior e a existência de capital disponível representam, também, possíveis variáveis de influência no sucesso da empresa.

Na maioria das vezes, tem-se nesses empreendimentos grande defasagem entre a capacidade gerencial atual e a necessária para possibilitar sua sobrevivência (VIEIRA, 1998). Pelo fato de disporem de poucos recursos, os gerentes de tais empreendimentos exercem diversas funções: vão ao banco, administram e pagam seus empregados, vendem o seu produto, definem o que vão produzir, enfim, fazem tudo.

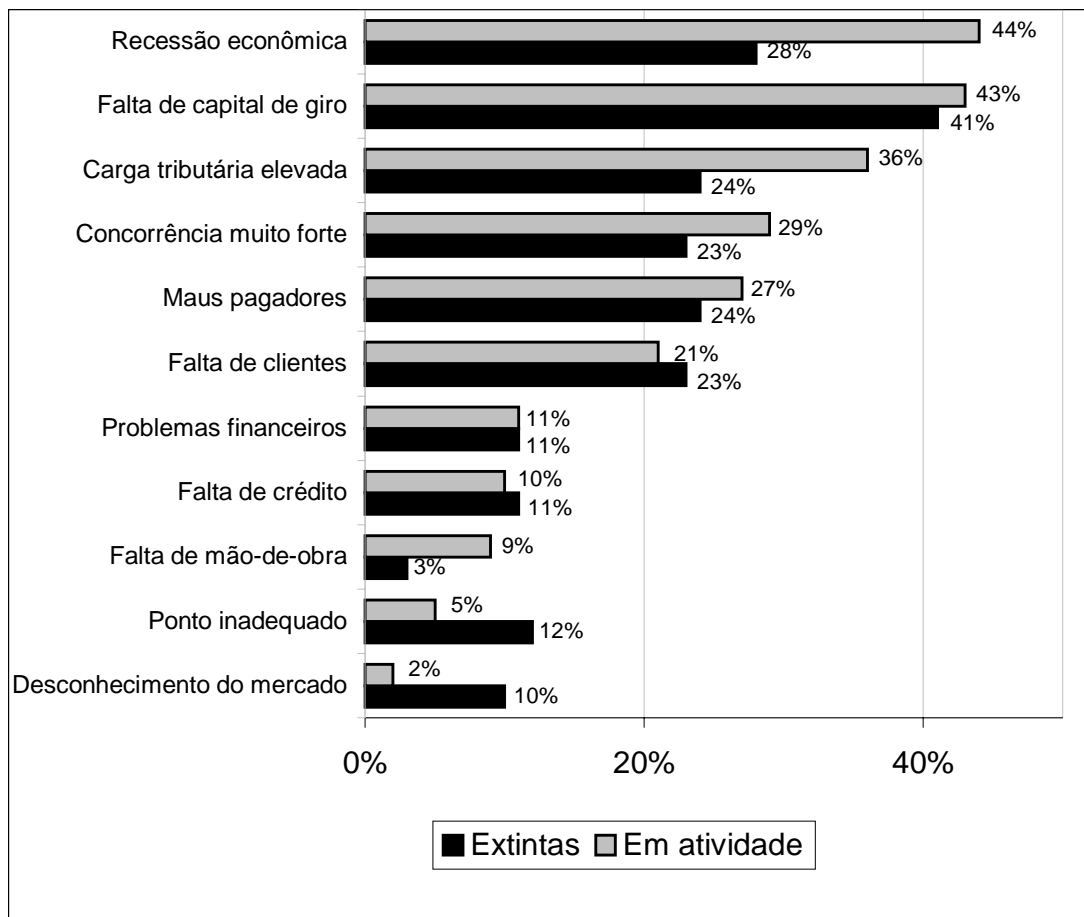
Outra característica importante nessas empresas é a existência de uma pragmática política de recursos humanos totalmente voltada para resultados. Nela se aprende fazendo e, também, se faz aprendendo, ou seja, não há, normalmente, tempo para colocar os empregados em treinamentos, cursos ou seminários. Evidentemente, após a abertura da empresa, a realização de determinados procedimentos básicos de administração é necessária para que se aumentem as chances de sucesso. Em estudo elaborado pelo SEBRAE-SP/FIPE (1999), observou a execução de alguns desses procedimentos por parte dos empresários, nas empresas em atividades (de sucesso) e em outras que foram extintas (Quadro 6).

Quadro 6 – Realização de procedimentos básicos de administração por parte dos empreendedores após a abertura da empresa

<i>Procedimentos</i>	<i>Empresas</i>	
	<i>De Sucesso</i>	<i>Extintas</i>
Aperfeiçoamento do produto ao cliente	86%	74%
Dedicação exclusiva ao negócio	76%	65%
Sincronização despesas/receitas	76%	60%
Investimento em propaganda	46%	38%
Busca de assessoria profissional	33%	25%

Fonte: adaptado do SEBRAE-SP/FIPE (1999).

Nesse mesmo estudo é mostrada, ainda, a natureza das principais dificuldades enfrentadas na condução do negócio, logo no primeiro ano de atividade (Figura 1).



Fonte: SEBRAE-SP/FIPE (1999)

Figura 1 – Principais dificuldades enfrentadas pelas micro e pequenas empresas (MPEs) no primeiro ano de atividade (admite múltiplas respostas).

Observa-se, nessa figura, que, enquanto as empresas que sobrevivem tiveram maior dificuldade com a recessão econômica (44%), as que fecharam citaram com maior frequência a falta de capital de giro⁵ (41%). Essa falta de capital, somada com problemas financeiros (11%), e a falta de crédito (11%) revelam que o maior problema é de ordem financeira. Nesse aspecto é que a disponibilidade de algum capital na abertura da empresa poderia ampliar as chances de sucesso do empreendimento.

No caso específico de agroindústrias de pequeno porte, VIEIRA (1998) observou alguns dos principais problemas enfrentados pelo empresário. Na agroindústria urbana, um dos primeiros problemas é conseguir abastecimento de matérias-primas, tendo, na maioria das vezes, que recorrer às Centrais de Abastecimento (CEASAs). Via de regra, tanto na agroindústria urbana quanto na rural, pouca atenção é dedicada à questão da qualidade do produto, embalagens adequadas e segurança do consumidor. Com relação à comercialização, os empresários enfrentam sérios problemas para colocar seus produtos no mercado, pois, na maioria das vezes, as oportunidades comerciais não haviam sido levantadas.

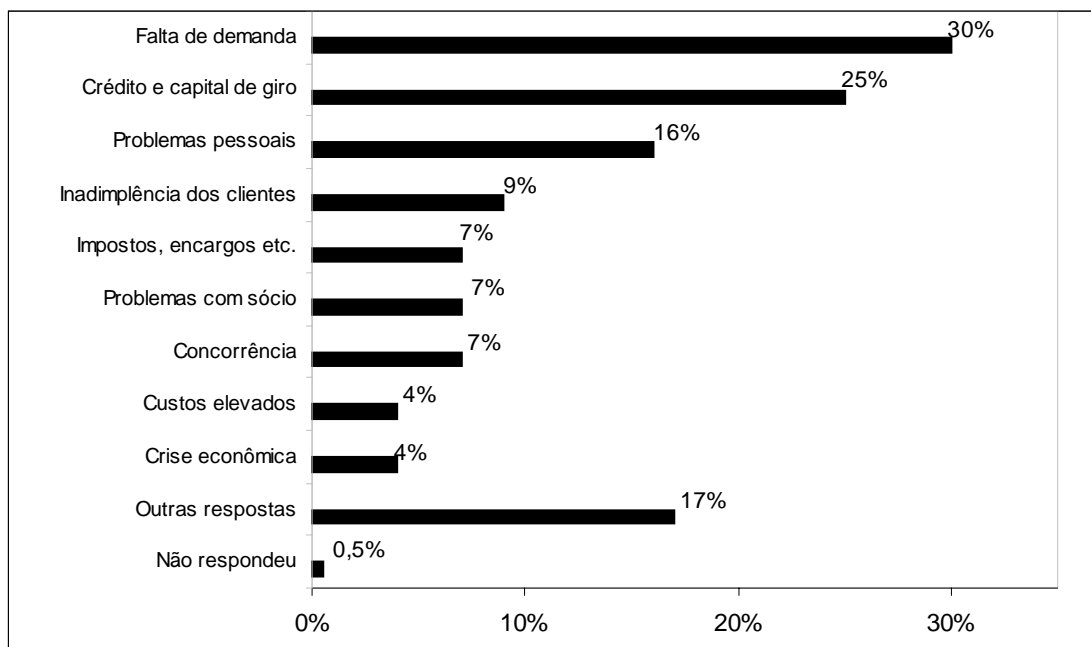
Embora existam recursos nas instituições de fomento (em níveis estadual e federal) destinados ao financiamento da atividade produtiva em geral, o desembolso efetivo desse montante, principalmente para as micro, pequenas e médias empresas, encontra-se muito reduzido.

Os principais motivos que dificultam o acesso ao crédito por parte das micro e pequenas empresas são, segundo VILLELA (1994):

- a) O crédito é tido como arriscado, dadas a alta taxa de mortalidade e, ligado a isso, a maior vulnerabilidade às oscilações do mercado;
- b) os bancos e as instituições financeiras, em geral, preferem operar com grandes clientes;
- c) o custo administrativo de se operar com pequenos clientes é desproporcionalmente elevado;
- d) em razão da sua estrutura administrativa, essas empresas demonstram dificuldades de apresentar balancetes ou outros tipos de documentos solicitados pelos bancos; e
- e) em geral, as MPEs não dispõem de garantias reais para oferecer às instituições de crédito.

No que tange aos motivos que levaram ao fechamento da empresa, pesquisa (SEBRAE-SP/FIPE, 1999) revelou que a falta de cliente (vendas) é tida como o principal (Figura 2). Esse fator pode estar associado à etapa anterior à abertura da empresa, ou seja, no planejamento inadequado prévio à abertura, no que tange à identificação dos clientes ou do mercado consumidor.

⁵ Capital de giro é o investimento necessário à operação normal de um empreendimento. No caso das agroindústrias, é constituído principalmente por estoques mínimos de matérias-primas e insumos, estoque de produtos acabados e em processo, reserva de caixa para cumprir compromissos de curto prazo, crédito com os fornecedores etc.



Fonte: SEBRAE-SP/FIPE (1999).

Figura 2 – Motivos que levaram o proprietário ao fechamento de sua empresa.

As empresas, sejam as bem-sucedidas ou as extintas, apresentam, geralmente, o mesmo quadro de problemas, necessidades e expectativas. Atuando no mesmo ambiente sócio-econômico, sofrem o impacto dos mesmos fatores estruturais ou de variáveis conjunturais. Embora todas compartilhem das mesmas dificuldades, elas detêm condições diferentes de reagir, demonstrando diferenças significativas de desempenho. É esse desempenho diante das dificuldades que determina a sustentabilidade ou não do empreendimento, ou seja, seu sucesso ou fracasso.

Independentemente de outras qualificações, o primeiro ano de atividade é considerado o período de maior risco. É o período em que a empresa busca afirmar-se no mercado, testar a aceitação do seu produto e criar mecanismos e instrumentos de gestão e controle. Evidentemente, durante toda a sua vida, a empresa enfrenta o risco de extinção, porém este diminui, ao menos nos seus primeiros anos, à medida que aumenta o tempo de vida do empreendimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a importância dos empreendimentos agroindustriais de pequeno porte, é justificável pensar em projetos de fomento a esse segmento, até mesmo como investimento social. Como fonte geradora de empregos em um ambiente cada vez menos intensivo em mão-de-obra e como fator de interiorização, é interessante que se criem condições para a constituição e o desenvolvimento da agroindústria de pequeno porte. Entretanto, da mesma forma que o empresário tem uma visão orientada para a organização da produção, a maior parte dos projetos e programas de desenvolvimento da agroindústria de pequeno porte tem como enfoque o apoio ao investimento e à assistência técnica da produção. Tem-se dado pouca ou nenhuma ênfase ao apoio da

capacitação gerencial ou à busca de soluções para os gargalos da comercialização (VIEIRA, 1998).

As evidências revistas neste trabalho indicam que o maior entrave à sustentabilidade deste setor está na comercialização de seus produtos, ou seja, a concretização do valor adicionado pelo aporte tecnológico e o adequado gerenciamento da agroindústria só acontecem se a comercialização for realizada. Evidentemente, esta hipótese considera que o processo produtivo está devidamente ajustado às necessidades dos consumidores e que os preços praticados são competitivos.

Este trabalho representou um passo inicial para caracterizar a agroindústria de pequeno porte, sua importância e suas necessidades. Concluiu-se que o seu desenvolvimento e sua sustentabilidade dependem, dentre outros fatores, primeiramente de uma melhor concepção dos negócios, isto é, uma melhor capacidade de avaliação e análise das oportunidades, dos riscos envolvidos e da formatação do negócio.

Provavelmente, a efetividade desses programas desenvolvimentistas e o sucesso destes empreendimentos possam ser aumentados através da elaboração de projetos e planos de negócio mais bem concebidos; uma concepção na qual as variáveis que possam ameaçar a sustentabilidade sejam devidamente identificadas e avaliadas sob uma ótica sistêmica.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO - ABIA. A indústria brasileira da alimentação hoje. São Paulo: ABIA, 1991. 28 p. (Mimeo.).
- ARAÚJO, N.B.; WEDEKIN, I.; PINAZZA, L.A. Complexo agroindustrial: o agribusiness brasileiro. São Paulo: Agroceres, 1990. 238 p.
- AUSTIN, J.E. Agroindustrial project analysis: critical design factors. 2. ed. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1992. 258 p.
- CENSO INDUSTRIAL DO BRASIL – IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.
- FLORES, M. Desenvolvimento local: um caminho para o novo mundo rural. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 36, 1998. Poços de Caldas. Anais... Brasília: 1998. p. 187 – 194.
- LOURENZANI, W.L.; SILVA, C.A.B. Sustentabilidade de empreendimentos agroindustriais de pequeno porte: uma aplicação de sistemas dinâmicos. [15 Nov. 2000]. Disponível em: (<http://www.agrosoft.com/ag99/index.htm>).
- MARQUES, P.V.; SOUSA, E.L.L. Cenários dos sistemas agroindustriais de grãos no Brasil e novas formas de comercialização. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 36, 1998. Poços de Caldas. Anais... Brasília: 1998. p. 209 – 222.
- MEGIDO, J.L.T.; XAVIER, C. Marketing & agribusiness. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998. 334 p.
- RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS 98. Ministério do Trabalho e Emprego/Fundo de Amparo ao Trabalhador (MTE/FAT), 1998.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE/MG. Fatores condicionantes da mortalidade de empresas: pesquisa piloto realizada em Minas Gerais. Brasília: SEBRAE, 1998. 72 p.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS -SEBRAE-SP/FIPE. Estudo comparativo: pequenas empresas (MPEs) versus grandes

- empresas (MGEs) no Estado de São Paulo. São Paulo: SEBRAE-SP/FIPE, Pesquisas Econômicas, 1998. 58 p.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS -SEBRAE-SP/FIPE. Estudo da mortalidade das empresas paulistas. São Paulo: SEBRAE-SP/FIPE, Pesquisas Econômicas. 1999. 52 p.
- SILVEIRA, C.D. Estrutura e desempenho da agroindústria alimentícia no Brasil: evolução e tendências. Viçosa, MG: UFV, 1997. 62 p. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal de Viçosa, 1997.
- VIEIRA, L.F. Agricultura e agroindústria familiar. Revista de Política Agrícola, Brasília, v. 7, n. 1, p. 11-23, 1998.
- VIEIRA FILHO, G. Planejar a Qualidade – caminho para o desenvolvimento das pequenas empresas. Belo Horizonte: SEBRAE – MG, 1995.
- VILLELA, A. As micros, pequenas e médias empresas. (Textos para Discussão, n. 17). Rio de Janeiro: BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Departamento Econômico – DEPEC., jun. 1994. 23 p.